

Eixo Temático ET-01-012 - Gestão Ambiental

PERFIL DAS ATIVIDADES LICENCIADAS PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, PERNAMBUCO-PE

Ricardo Silva D’Anuniação Junior

Analista Ambiental – Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco-PE.

RESUMO

O Município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco-PE, implementou através da Lei Municipal nº 2.513/2009, a Política Ambiental da cidade. Baseado nesse arcabouço legal vem realizando o Licenciamento Ambiental de atividades de impacto local. Este trabalho teve como objetivo avaliar o perfil das atividades licenciadas pelo Município, através da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA. Foram consideradas as seguintes modalidades de licenças: Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, Licença de Operação – LO e Autorização. Verificou-se que a modalidade de licença com maior frequência de emissão foi a LO. Dentre as atividades licenciadas na modalidade LP, destaque para tipologia “Obras diversas”. Quanto às atividades licenciadas na modalidade LI, a tipologia “Empreendimentos imobiliários” foi a que obteve maior frequência de licenciamento. Na modalidade LO, a tipologia de “Empreendimentos comerciais e de serviço” se destacou. A atividade com maior frequência de licenciamento na modalidade Autorização foi a relativa à “Terraplanagem”.

Palavras-chave: Licenciamento Ambiental; Gestão Ambiental; Licença Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental é um importante instrumento de, por meio do qual a administração pública busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais. Assim, o Município do Cabo de Santo Agostinho, através da Secretaria Executiva de Meio Ambiente – SEMA, em consonância com a Constituição Federal e com a Política Nacional de Meio Ambiente, instituiu, em 30 de dezembro de 2009, a Lei Municipal nº 2.523, que dispõe sobre a política ambiental municipal, e garante que o município tenha autonomia para realizar o licenciamento ambiental das atividades de impacto local. Assim, o presente trabalho pretende revelar informações sobre a realidade do licenciamento ambiental, praticado no município do Cabo de Santo Agostinho. Estes dados, portanto, poderão servir para auxiliar o poder público no controle ambiental municipal.

2. OBJETIVO

Avaliar o perfil das atividades licenciadas pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA a partir da análise das licenças ambientais emitidas no período de janeiro de 2010 a julho de 2013.

3. METODOLOGIA

O município do Cabo de Santo Agostinho tem um perfil e uma história que o referenciam à Zona da Mata Sul do Estado e à agricultura da cana-de-açúcar. Por esta

mesma razão é que mais de 60.0% de seus 445 Km² estão ocupados por antigos engenhos de açúcar, situados, sobretudo, a oeste do município, onde se localiza o distrito de Juçaral, tendo maior integração com o vizinho município de Vitória de Santo Antão. A área central do município está situada às margens da BR 101, onde vive a maior parte da população.

Atualmente, a economia do município está baseada nas atividades de agricultura, indústria, comércio, prestação de serviços, sobretudo no Porto de Suape, onde estão implementadas empresas de renome mundial como a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul, dentre outras.

A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico, onde foram analisadas todas as licenças ambientais emitidas pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMA/Cabo no período de janeiro de 2010 até julho de 2013. Foram analisadas as licenças iniciais e as de renovações, considerando as seguintes modalidades: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI, Licença de Operação - LO e Autorização.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total das 1.163 licenças ambientais emitidas, 47 delas foram do tipo Licença Prévia - LP; 323 Licenças de Instalação - LI; 659 Licenças de Operação - LO; e, 134 Autorizações.

A Figura 1 abaixo demonstra a distribuição das modalidades de licenças ambientais.

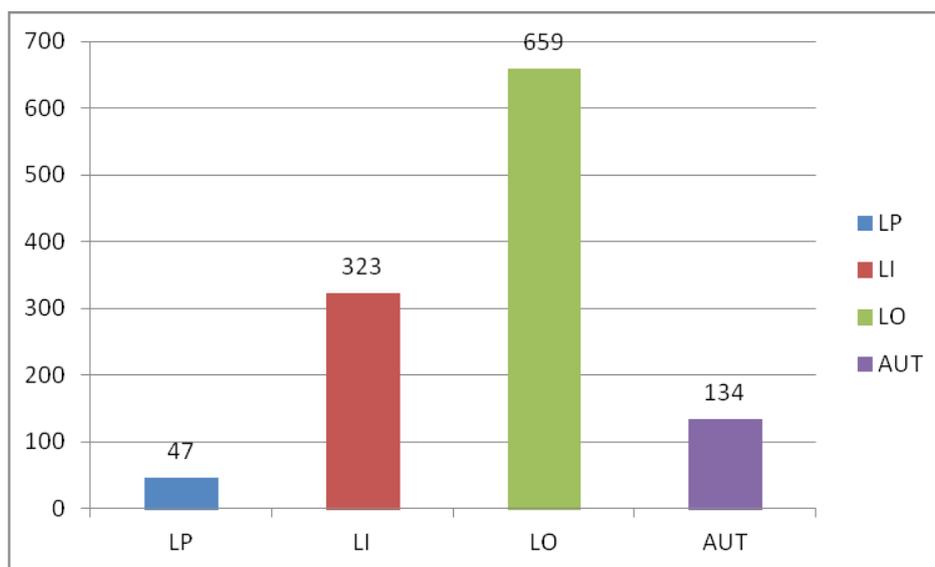


Figura 1. Distribuição das Licenças Ambientais emitidas pela SEMA/Cabo, no período de jan/2010 a jul/2013.

A distribuição das Licenças Prévias se deu conforme figura abaixo (Figura 2).

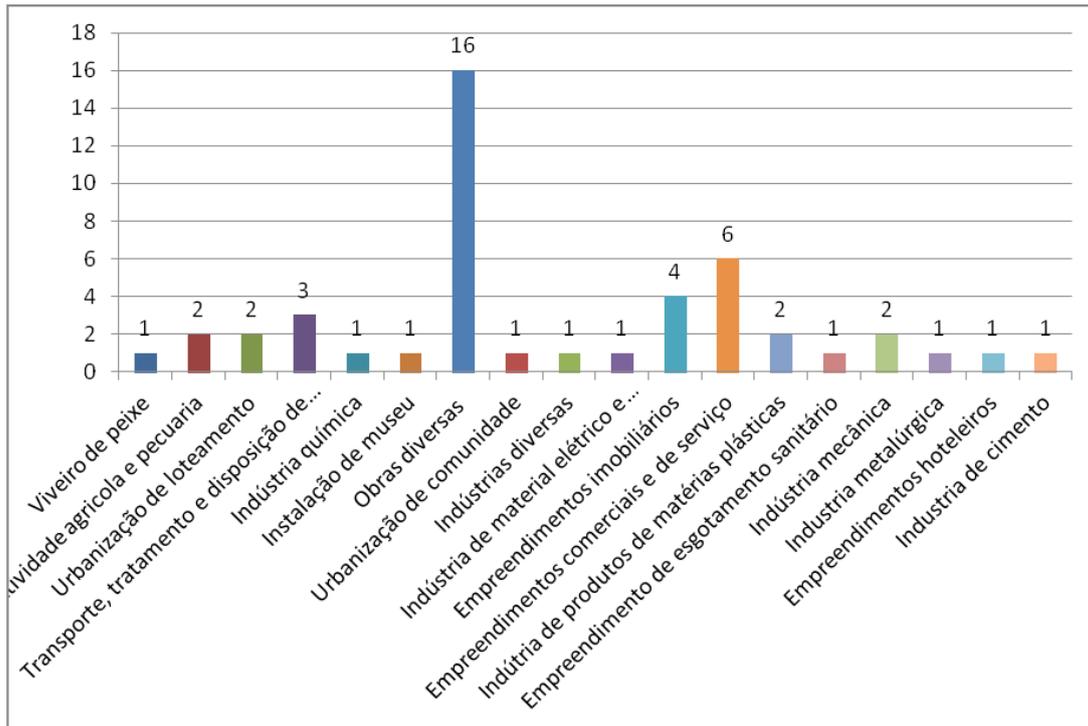


Figura 2. Distribuição das Licenças Prévias/ Atividade emitidas pela SEMA/Cabo, no período de jan/2010 a jul/2013.

Destaque para “Obras Diversas”, contemplando empreendimentos como: projetos industriais, telefonia celular, etc.

Em relação às Licenças de Instalação, a distribuição se deu da seguinte forma (Figura 3):

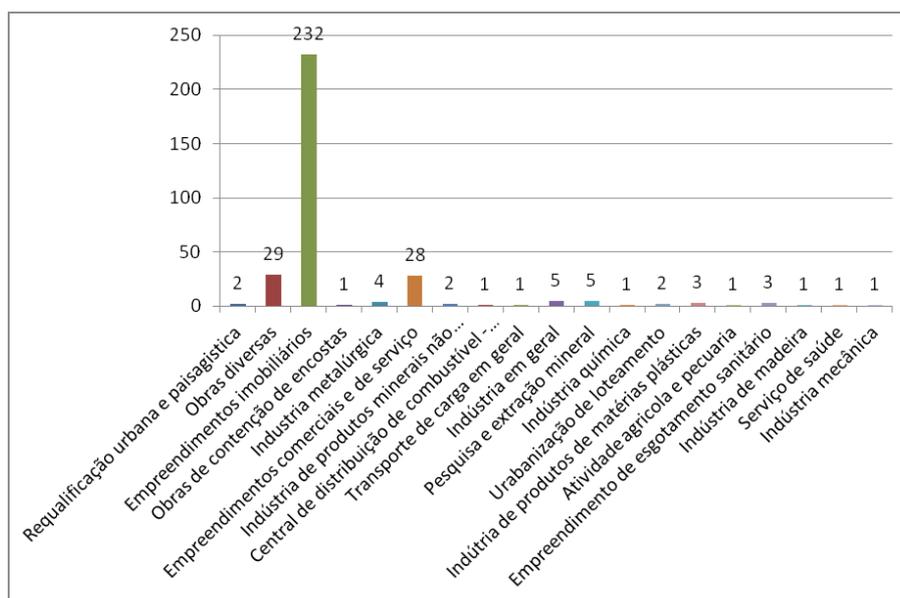


Figura 3. Distribuição das Licenças de Instalação/Atividade emitidas pela SEMA/Cabo, no período de jan/2010 a jul/2013.

Destaca-se “Empreendimentos Imobiliários”, totalizando 232 (72%) licenças emitidas. Refere-se ao licenciamento ambiental de imóveis e de sistemas alternativos de esgotamento sanitário de imóveis em geral. No Cabo, a regularização de imóveis só se dá após o licenciamento ambiental dos mesmos. Por isso um número significativo de licenças de instalação para esse tipo de atividade.

Em relação à emissão de Licença de Operação, a distribuição ocorreu da seguinte forma:

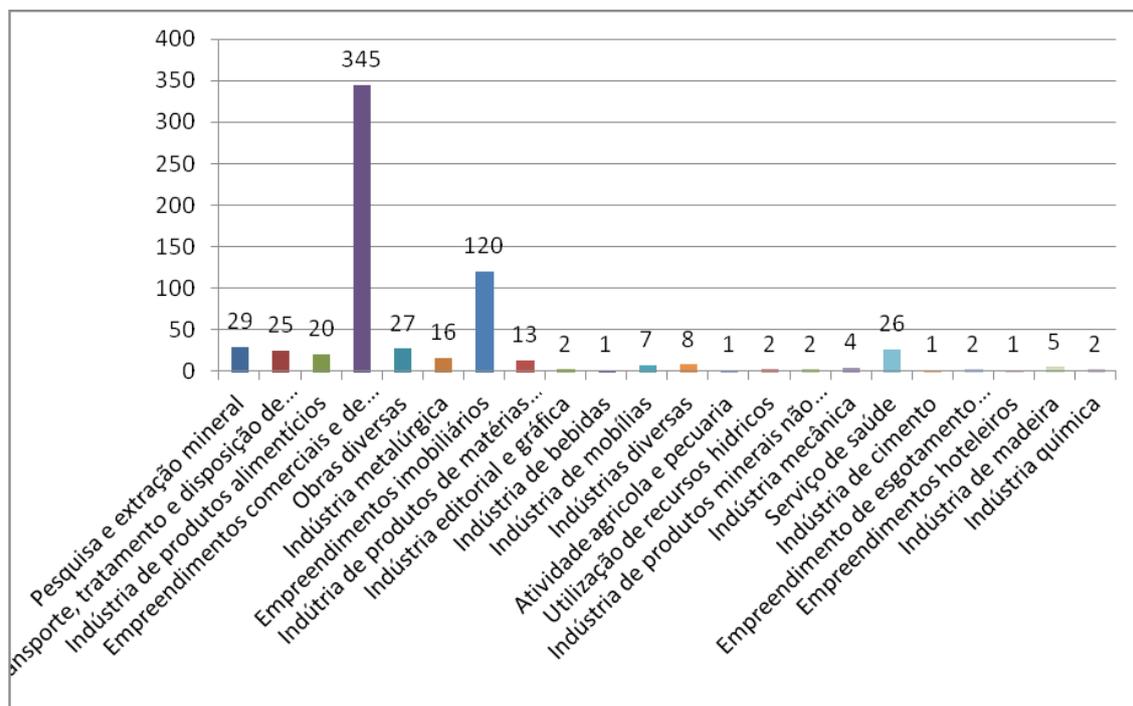


Figura 4. Distribuição das Licenças de Operação/ Atividade emitidas pela SEMA/Cabo, no período de Jan/2010 a Jul/2013.

Destaca-se “Empreendimentos Comerciais e de Serviços”, com 345 (52%) das licenças emitidas. A emissão/ renovação dos alvarás de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviço se dá após o seu licenciamento ambiental. Nota-se, com isso, uma preocupação dos responsáveis no sentido de manter seus estabelecimentos devidamente regularizados perante o poder público municipal.

As Autorizações emitidas ficaram distribuídas conforme se verifica na figura a seguir (Figura 5).

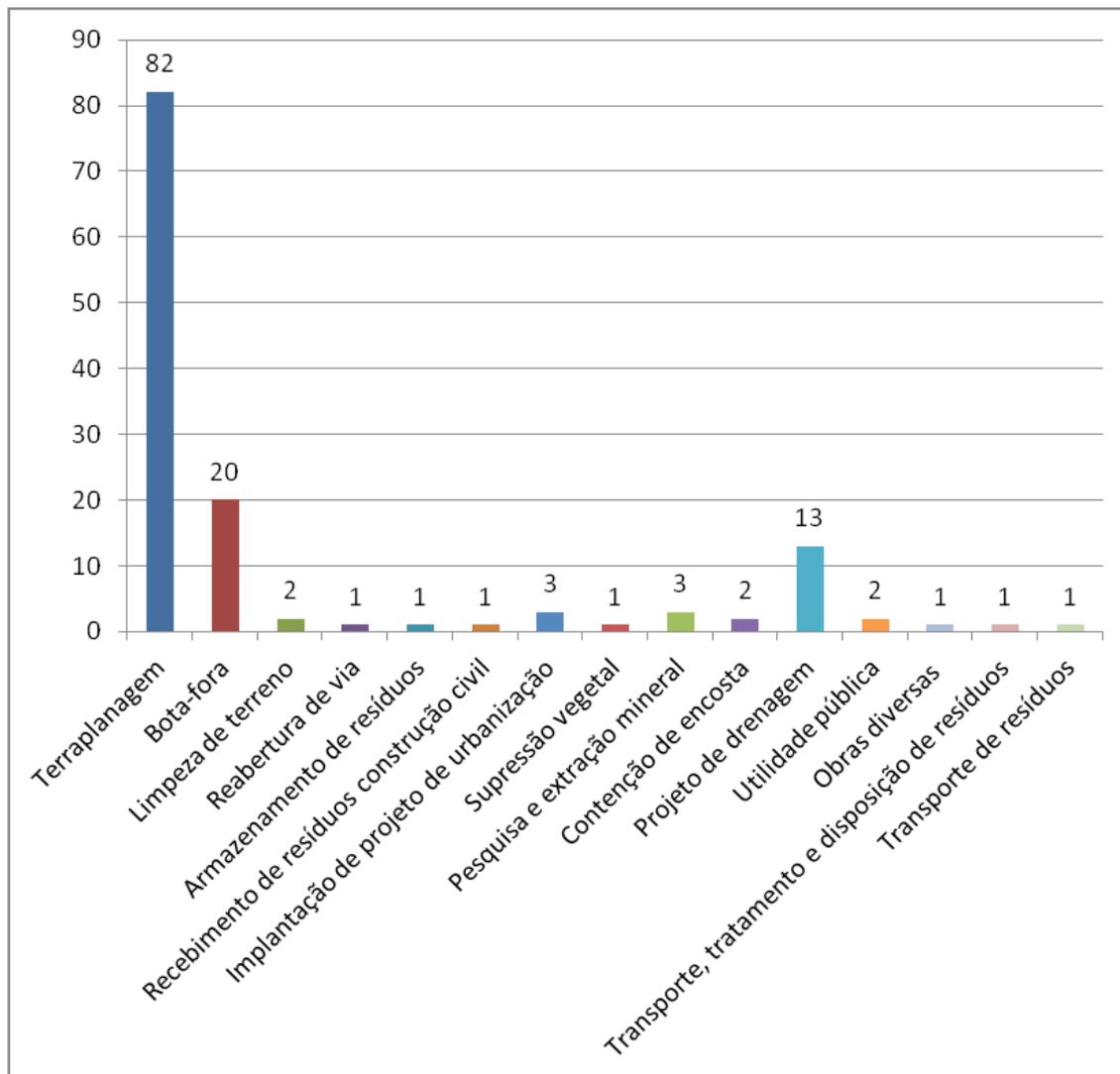


Figura 5. Distribuição das Licenças de Operação/Atividade emitidas pela SEMA/Cabo, no período de jan/2010 a jul/2013.

Destaque para “Terraplanagem”. O Cabo vem passando por diversas modificações, oriundas, principalmente, pela instalação empresas atraídas pelas vantagens locacionais do município. Sendo assim, a atividade de terraplanagem se destaca, sobretudo, pela preparação do terreno para o recebimento dessas empresas.

5. CONCLUSÕES

Portanto, pode se concluir que, apesar de ser um instrumento de gestão ambiental que está utilizado pelo município do Cabo há apenas aproximadamente três anos e meio, o licenciamento ambiental vem se destacado como um modelo de sucesso comprovado. No primeiro ano (2010) foram liberadas 225 licenças; em 2011 foram liberadas 308; em 2012, 356; e apenas no primeiro semestre de 2013, já foram emitidas 274 licenças. Isso demonstra que um acréscimo gradativo, ao longo dos anos, nos processos de licenciamento ambiental realizados pela SEMA/Cabo, seja pelo conhecimento maior por parte da população desse serviço prestado pela municipalidade, seja pelo empenho e dedicação cada vez maior por parte do poder público em prestar

um serviço de qualidade e com eficiência garantida. Como nos últimos anos o Cabo de Santo Agostinho tem experimentado profundas transformações em sua dimensão ambiental, sócio-econômica e cultural, em decorrência das grandes mudanças promovidas pelo desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário de Suape, existe uma tendência nítida no incremento cada vez maior de atividades diversas no município, sejam de impacto local ou regional. Com isso, é fundamental o fortalecimento e estruturação contínuos por parte da SEMA para atender a esta demanda cada vez maior e mais diversa.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, P.B. **Direito Ambiental**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lumen iuris, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União 1988; 5 out.

BRASIL. Decreto nº 44.309, de 05 de junho de 2006. Estabelece normas para o licenciamento ambiental e a autorização ambiental de funcionamento, tipifica e classifica as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece o procedimento administrativo de fiscalização e aplicação das penalidades. Diário Oficial da União, 07 jan. 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Diário Oficial da União 1986; 17 fev.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União 1986; 22 ago.

CABO. Lei nº 2.360 de 29 de dezembro de 2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Cabo de Santo Agostinho: Governo Municipal, 2006.

CABO. Lei nº 2.513 de 30 de dezembro de 2009. Política Ambiental de Proteção, Controle, Proteção e Recuperação do Meio Ambiente, Cabo de Santo Agostinho, PE: Governo Municipal, 2009.

PADULA, R.C. **Modelo atual de gestão ambiental: uma proposta focada na qualidade ambiental**. Dissertação (Mestrado) - PEAMB/UERJ, 2004.

SOUZA, R.S. **Entendendo a questão ambiental – temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 461 p